



DISCURSO PROFERIDO PELO PRESIDENTE DOS CONSELHOS DE ESTADO E DE MINISTROS DA REPÚBLICA DE CUBA , RAÚL CASTRO RUZ, NO DEBATE GERAL DO 70 PERIODO DE SESSÕES DA ASSEMBLÉIA GERAL DAS NACÕES UNIDAS.

28 DE SETEMBRO DE 2015.

Prezados chefes e chefas de Estado e de Governo:
Distintos Chefes e Chefas de Delegações:
Senhor Secretário Geral das Nações Unidas:

Senhor Presidente:

Há já setenta anos, que em nome dos povos, os membros desta organização assinaram a Carta das Nações Unidas. Comprometemo-nos a preservar às gerações vindouras do flagelo da guerra e criar uma forma nova de relacionarmo-nos sob a guia de um conjunto de propósitos e princípios que deviam agourar uma época de paz, justiça e desenvolvimento para roda a humanidade.

Não obstante, a partir daquela altura, foram frequentes as guerras de agressão, a intervenção nos assuntos internos dos Estados, o derrube, por intermeio da força, de governos soberanos, chamados de "golpes suaves" e a re - colonização de territórios, que foram aperfeiçoados com formas de agir não convencionais, com o uso de novas tecnologias e esgrimindo supostas violações dos direitos humanos.

É inaceitável a militarização do ciberespaço e o emprego encoberto e ilegal das tecnologias da informação e as comunicações no intuito de agredir outros Estados, também são inaceitáveis, o fato de que seja alterada a promoção e proteção dos direitos humanos, utilizando-os de maneira seletiva e discriminatória para validar e impor decisões políticas.

Apesar de que a Carta nos faz um apelo de "reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e o valor da pessoa humana", o desfrute dos direitos humanos continua a ser uma utopia para milhões de pessoas.

À Humanidade lhe é negado o direito de viver em paz e seu direito ao desenvolvimento. É na pobreza e na desigualdade, em primeiro lugar, em que se precisam procurar as causas dos conflitos causados pelo colonialismo e o resto das populações autóctones, e mais tarde, pelo imperialismo e o reparto de domínios de influência.

O compromisso adotado em 1945 de "impulsionar o progresso social e acrescentar o patamar de vida" dos povos e seu desenvolvimento econômico e social, continua a ser uma quimera, ocasião em que 795 milhões de pessoas sofrem de fome, 781 milhões de adultos são analfabetos e 17 mil crianças morrem cada dia de doenças curáveis, enquanto as despesas militares anuais no mundo todo ascendem a mais de 1,7 bilhões de dólares.

Com apenas uma parte de essa soma poderiam se resolver os problemas mais urgentes que açoitam à humanidade.

Até mesmo, nos países industrializados, praticamente sumiram-se as "sociedades de bem-estar" que nos foram apresentadas como o padrão para imitar. Os sistemas eleitorais e os partidos tradicionais, dependentes do dinheiro e da publicidade, são cada vez mais alheios e afastados das aspirações de seus povos.

A mudança climática coloca em perigo a existência da espécie humana, e os Estados deverão assumir responsabilidades comuns, mas, diferenciadas, face a incontestável realidade de que nem todos os países temos o mesmo nível de responsabilidade, nem esbanjamos os recursos naturais e humanos num consumismo irracional e insustentável.

As consequências da mudança climática são particularmente demolidoras nos pequenos países insulares em desenvolvimento, e impõem uma tensão adicional a suas frágeis economias. O mesmo acontece na África, com o aumento inexorável da desertificação.

Solidarizamo-nos com os nossos irmãos caribenhos, e que lhes seja oferecido um tratamento especial e distinto para eles. Apoiamos os países africanos e pedimos para eles um tratamento justo, transferência de tecnologia e recursos financeiros.

Senhor Presidente:

Com a criação da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) e, de maneira especial, com a assinatura pelos Chefes de Estado e de Governo, em janeiro de 2014, da Proclama de América Latina e o Caribe como Zona de Paz, ficou evidenciado que, por cima das nossas diferenças, podemos avançar para a unidade e a conquista de objetivos comuns no quadro da nossa diversidade.

Na Proclamação, ratificamos o nosso compromisso inalterável com os princípios da Carta das Nações Unidas e o Direito Internacional, e de resolver as nossas diferenças de um jeito pacífico, assim como a nossa convicção de que o pleno respeito ao direito próprio de cada Estado de escolher seu sistema político, econômico, social e cultural, constitui uma condição essencial para garantir a convivência pacífica entre as nações. Reclamamos que esses princípios sirvam de base, também, às relações de outros Estados com a nossa região.

Reafirmamos a nossa completa solidariedade para com a República Bolivariana da Venezuela perante as tentativas de desestabilização e subversão do ordenamento constitucional e de destruir a obra começada pelo presidente Hugo Chávez Frías e prosseguida pelo presidente Nicolás Maduro Moro em favor do povo venezuelano.

Da mesma forma enviamos a nossa firme e irrestrita solidariedade à República do Equador, a sua Revolução Cidadã e a seu líder, Rafael Correa Delgado, que se tornou no alvo do mesmo roteiro de desestabilização implementado contra outros governos progressistas da região.

Solidarizamo-nos com as nações do Caribe que pedem justas emendas pelos erros da escravidão e o tráfico de escravos, nomeadamente num mundo em que a discriminação racial e a repressão das comunidades afrodescendentes se têm acrescentado.

Ratificamos a nossa convicção de que o povo de Porto Rico merece ficar livre e independente, logo de mais de um século submetido à dominação colonial.

Solidarizamo-nos com a República Argentina no seu legítimo protesto de soberania das Ilhas Malvinas, Sanduíche do Sul e Geórgias do Sul.

Repetimos o nosso apoio solidário à Presidente Dilma Rousseff e ao povo do Brasil, na defesa das suas importantes conquistas sociais e da estabilidade do país.

Ratificamos o nosso rejeito ao propósito de alargar a presença da OTAN até as fronteiras da Rússia e à imposição de sanções unilaterais e injustas contra essa nação.

Cumprimentamos o denominado acordo nuclear com a República Islâmica de Irã, que demonstra que o diálogo e a negociação são a única ferramenta efetiva para resolver as diferenças entre os Estados.

Renovamos a nossa confiança em que o povo sírio é capaz de solucionar por si próprio as suas diferenças e demandamos o cese da ingerência externa.

Uma solução justa e duradoura ao conflito do Oriente Meio requiere, de maneira inexorável, do exercício real do direito inalienável do povo palestiano a construir seu próprio Estado dentre das fronteiras de antes de 1967 e com a sua capital em Jerusalém oriental, o que apoiamos energicamente.

Nas últimas semanas impactou-nos as imagens das ondas migratórias para Europa, que são decorrentes, de maneira direta, das ações de desestabilização que a OTAN impulsionou e executa nos países do Oriente Meio e África do Norte, e do subdesenvolvimento e a pobreza imperante nos países do continente africano. A União Europeia deverá assumir de maneira plena e imediata, as suas responsabilidades para com a crise humanitária que ela ajudou a gerá-la.

Senhor Presidente:

Depois de 56 anos da heroica e abnegada resistência do povo cubano, ficaram restabelecidas as relações diplomáticas e as embaixadas nas respetivas capitais.

Agora começa um processo longo e complexo para a normalização das relações que será atingida na altura em que se ponha fim ao bloqueio econômico, comercial e financeiro contra Cuba; seja restituído ao nosso país o território ocupado de maneira ilegal pela Base Naval de Guantánamo; cessem as transmissões radiais e televisivas e os programas de subversão e desestabilização contra Cuba, e o nosso povo seja compensado pelos danos humanos e econômicos que tem sofrido.

Enquanto prossiga, continuaremos apresentando o projeto de resolução intitulado "Necessidade de dar cabo ao bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América contra Cuba".

Para os 188 governos que apoiaram, aqui, e nos diversos foros internacionais e regionais a nossa demanda justa, reitero-lhes o eterno agradecimento do povo e do governo cubanos pelo seu apoio permanente.

Senhor Presidente:

Cuba celebra com profundo compromisso, o Aniversário 70 da Organização das Nações Unidas. Reconhecemos que nestes anos se tentou, mas, no se tem feito suficiente, para proteger às gerações presentes e futuras do flagelo da guerra e seu direito a um desenvolvimento sustentável, sem exclusão. A ONU terá de ser defendida do unilateralismo e intensamente reformada para democratizá-la e aproximá-la aos povos.

Como assinalou nesta mesma sala há 15 anos, o companheiro Fidel Castro Ruz, Líder Histórico da Revolução cubana – e faço a citação: "Qualquer pessoa percebe que o objetivo fundamental das Nações Unidas no século urgente que começa, é salvar o mundo não apenas da guerra mas também do subdesenvolvimento, a fome, as doenças, a pobreza e a destruição dos meios naturais indispensáveis para a existência humana, E deve fazê-lo rapidamente antes de que seja muito tarde! .fim da citação.

A comunidade Internacional poderá contar sempre com a sincera voz de Cuba perante a injustiça, a desigualdade, o subdesenvolvimento, a discriminação e a manipulação; e pela constituição de uma ordem internacional mais justa e equitativa, em cujo centro seja colocado verdadeiramente, o ser humano, a sua dignidade e bem-estar .

Muito Obrigado.